

**INDÍCIOS SOBRE A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DAS VILAS
DE ÍNDIOS DA BAHIA, EM MEADOS DO SÉC. XVIII:
EDIÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS**

Guilherme Andrade Santana (UNEB)

guilherme.andrsan@gmail.com

Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB e UFBA)

No âmbito da atuação do tribunal especial do Conselho Ultramarino, instalado na Cidade da Bahia, na segunda metade do século XVIII, o Conselheiro José Mascarenhas Pacheco Coelho de Mello apresentou parecer sobre os procedimentos para o estabelecimento das vilas erigidas dos aldeamentos jesuítcos. Os ministros responsáveis pela execução dessa tarefa deveriam fazer um diagnóstico desses espaços, por meio das respostas a um “interrogatório” composto por 24 “quesitos”. Tem-se conhecimento das respostas produzidas em relação a 5 (cinco) vilas: Abrantes, Soure, Olivença, Barcelos e Santarém. Considerando a importância dessa documentação para a história social linguística do Brasil e, em particular, da Capitania da Bahia, pretende-se apresentar uma proposta de edição, em andamento, das fontes documentais relativas às referidas vilas, com vistas a disponibilizar informações que possibilitem uma discussão mais bem fundamentada sobre as configurações linguísticas desses espaços, que, até 1758, se encontravam sob administração dos padres da Companhia de Jesus. Essa documentação tomada como corpus deste trabalho está salvaguardada pela Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro, sendo possível acessá-la por meio da BN Digital. Apoiando-se no campo da história social linguística do Brasil, nos termos de Mattos e Silva (1988), enfrenta-se uma agenda de recuperação da articulação entre os fatos de ocupação territorial, as sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e as prevalências e desaparecimento das línguas no decorrer da história do Brasil, na medida em que, na documentação, será possível localizar indícios que permitam uma aproximação às configurações linguísticas dos espaços investigados, permitindo seu mapeamento linguístico e histórico.

Palavras-chave:

Edição semidiplomática. Vilas de índios.
Tribunal especial do Conselho Ultramarino.